



## EDITAL NÚMERO 275/2019

**---BASÍLIO ADOLFO DE MENDONÇA HORTA DA FRANCA, NA QUALIDADE DE PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA.-----**

**--- FAZ PÚBLICO QUE**, foi celebrado no dia 21 de maio de 2019, o Protocolo número 43/2018, com a Parques de Sintra-Monte da Lua,S.A., a Planbelas – Sociedade Imobiliária S.A. e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Belas, que a seguir se reproduz.-----

“Considerando que:-----

- O Concelho de Sintra possui uma área geográfica de 319,23 Km<sup>2</sup>, da qual 17,2% ( 5.375,9 ha ) é ocupada por povoamentos florestais;-----
- O enquadramento legal previsto no Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, na sua redacção vigente, o qual aprova o Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, preconiza acções de diversa ordem, a desenvolver no âmbito do dito regime jurídico;-----
- A detecção, tendo em vista a contenção e combate precoce de fogos florestais, baseia-se, sem prejuízo de outros meios tecnológicos que operam de forma complementar na Rede Nacional de Postos de Vigia (RNPV), a qual visa referenciar os incêndios na sua fase inicial e o acompanhamento da sua evolução;-----
- Os espaços florestais e agrícolas (espaços rurais) que integram e circundam a Serra de Sintra e a Serra da Carregueira, assim como outros espaços de menor dimensão, mas não menos importantes em termos de preservação da fauna e flora, contribuem na sua génese para a riqueza do território;-----
- Parte destes espaços inserem-se no Parque Natural de Sintra-Cascais com uma área de 69.871,3 hectares;-----
- No Parque, encontra-se uma floresta primitiva com quase todas as espécies de Quercus, entre elas o carvalho-roble e o carvalho-negral, sem prejuízo doutras espécies como o eucalipto, o pinheiro-bravo, o choupo e o salgueiro;--
- Em termos de fauna, o parque tem aves de rapina como o falcão-peregrino, a coruja-das-torres, o gavião, o açor e a águia-de-bonelli, sem prejuízo das aves marítimas como as gaivotas e pardelas;-----



- Dos répteis e anfíbios fazem parte a salamandra-de-pintas-amarelas, o sapo-parteiro, a víbora-cornuda e o tritão-de-ventre-laranja;-----
- Encontram-se mamíferos como raposas, toupeiras e ouriços;-----
- Toda a riqueza florística e faunística da região deve ser protegida em prol do Ambiente e para que as gerações vindouras possam usufruir da mesma;-----
- Existem áreas do Município de Sintra que se encontram cobertas pela Rede Nacional de Postos de Vigia (RNPV);-----
- A ativação dos Postos de Vigia para deteção de colunas de fumo na sua fase precoce torna-se um fator determinante para a mitigação do desenvolvimento dos incêndios; -----
- Um dos Postos de Vigia de relevante importância para observação do território é o que se encontra sito no Belas Clube de Campo, em Belas, propriedade da Planbelas – Sociedade Imobiliária, SA;-----
- O Posto de Vigia de Belas (Serra da Carregueira – Penedos Pardos) por ser o único que permite, em simultâneo, estabelecer cruzamento de azimutes com o Posto de Vigia do Alcoitão e com o Posto de Vigia de Nafarros, torna-se um elo fundamental para determinação exata do surgimento de uma coluna de fumo em qualquer das vertentes da Serra de Sintra;-----
- A Serra de Sintra é um inestimável património natural e um dos grandes “pulmões” verdes da Área Metropolitana de Lisboa que, atenta a sua relevância ambiental, importa salvaguardar e preservar para as gerações vindouras;-----
- A operabilidade do Posto de Vigia de Belas se encontra a cargo da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Belas;-----
- Importa assegurar, em permanência, o funcionamento do Posto de Vigia entre 1 de Junho e 06 de novembro com recursos humanos adequados, o que implica um dispêndio de verbas por parte da referida Associação;-----
- À Parques de Sintra - Monte da Lua, S. A., adiante referida como PSML, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, criada em 2000 na sequência da classificação da Paisagem Cultural de Sintra como Património da Humanidade, foi confiada a gestão dos mais importantes valores públicos, naturais situados na zona classificada como Património Mundial, para além da incumbência de outros espaços culturais e naturais de relevo no Município de



Sintra, muitos dos quais em plenas áreas florestais ou naturais de entre as quais se destaca a Serra de Sintra;-----

- A vigilância contra incêndio da Serra de Sintra é concretizada, entre outros meios, através do Posto de Vigia de Belas;-----

- A Planbelas - Sociedade Imobiliária, SA tem todo o interesse que, durante a época estival, o Posto de Vigia de Belas, sito no Belas Clube de Campo se mantenha operativo vigiando o empreendimento e a Serra da Carregueira;-----

- Tendo também em vista a preservação do respectivo património, muito do qual localizado na Serra de Sintra, a PSML manifestou o seu interesse e disponibilidade em colaborar com o Município de Sintra e com a Planbelas - Sociedade Imobiliária, SA no suportar dos custos com recursos humanos adequados por parte da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Belas;-----

- Constituem atribuições genéricas dos Municípios a promoção e a salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações, concretizados, designadamente, em atribuições específicas nos domínios da protecção civil e do ambiente, nos termos do n.º 1 e das alíneas j) e k) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, respectivamente;-----

- À luz do artigo 32º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, a Câmara Municipal detém as competências materiais necessárias à prossecução das atribuições municipais que legalmente lhe estão cometidas;

- Compete ainda às Câmaras Municipais apoiar actividades que se revistam de interesse para o município, por força da alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime acima citado;-----

- As Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários do Município de Sintra são pessoas colectivas de utilidade pública, sem fins lucrativos, com carácter humanitário, de interesse geral;-----

- O Município de Sintra solidário com as Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários entende que as mesmas devem ser, na medida das possibilidades e disponibilidades orçamentais, não só dotadas de equipamento



adequado, como apoiadas no que se reporta ao respectivo dispositivo operacional;-----

- O princípio da cooperação e da boa-fé procedimental, com sede no artigo 60º do Código de Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de Janeiro, é integralmente aplicável às entidades públicas e interessados ora envolvidos;-----

- O funcionamento do Posto de Vigia de Belas durante a época estival, no âmbito do sistema de protecção civil e de defesa da floresta contra incêndios, garantido pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Belas se reveste indubitável e relevante interesse municipal;-----

- A criação de sinergias entre o Município de Sintra, a Parques de Sintra - Monte da Lua, S. A., a Planbelas - Sociedade Imobiliária, SA e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Belas permitirá uma profícua colaboração em prol da defesa de um bem jurídico inestimável tal qual é o Ambiente, com vista à futura preservação e fruição de diversos espaços naturais pelas Populações;-----

- A experiência de colaboração entre as diversas entidades no ano de 2018 no mesmo âmbito redundou em óbvio benefício para o Ambiente;-----

- Para regular esta cooperação impõe-se que se verifique a celebração de um protocolo que estabeleça os direitos e obrigações das partes.-----

É reciprocamente e livremente acordado de boa-fé e reduzido a escrito o presente Protocolo.-----

ENTRE-----

#### PRIMEIRO OUTORGANTE:

O MUNICÍPIO DE SINTRA, pessoa colectiva de direito público nº 500 051 062, com sede no Largo Dr. Virgílio Horta, 2710-501 Sintra, neste ato representado pelo Dr. Basílio Horta, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 35º do Regime Jurídico aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Sintra.-----



O SEGUNDO OUTORGANTE:

SOCIEDADE PARQUES DE SINTRA — MONTE DA LUA, S. A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, pessoa colectiva número 505174839, com sede no Parque de Monserrate, em Sintra, representada neste acto, pela Presidente do Conselho de Administração, Dra. Florinda Sofia Augusto Cruz, com qualidade e poderes bastantes para o acto comprovado pelos estatutos da sociedade constantes do Anexo I ao Decreto-Lei n.º 215/2000, de 2 de Setembro, com a redacção actual.-----

O TERCEIRO OUTORGANTE:

PLANBELAS – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA S.A., sociedade anónima, pessoa colectiva número 502403357, com sede na Alameda do Aqueduto, Escritórios, 2605-193, Belas Clube de Campo, em Belas, representada neste acto, pelo Presidente do Conselho de Administração e administrador delegado, Dr. Gilberto Frederico Von Liechtenstein Jordan, com qualidade e poderes bastantes para o acto comprovado pelos estatutos da sociedade, pela certidão permanente com o código de acesso nº [REDACTED] subscrita a 10-01-2019 e válida até 10-01-2020 e ata da delegação de competências n.º 30 conferida pelo Conselho de Administração a 22-02-2019.-----  
E-----

O QUARTO OUTORGANTE:

ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE BELAS, Instituição de Utilidade Pública, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Sintra sob o número único de matrícula e de pessoa colectiva número 501 273 743, com sede na Rua Eduardo Ferreira Pinto, Apartado 2040, representada neste acto, respectivamente pelo Presidente da Direcção Dr. António Jaime Gualdino Ribeiro e pelo Vice – Presidente Domingos Manuel Palma Messias, qualidades e poderes bastantes para o acto, comprovados pelos estatutos e documentos que se encontram arquivados.-----  
Que se rege pelas seguintes Cláusulas:-----



## Cláusula Primeira

### (Objecto)

1-O protocolo destina-se a fixar os termos e condições de cooperação entre as Partes Outorgantes, para o funcionamento do Posto de Vigia de Belas, adiante referido como posto, integrante da Rede Nacional de Postos de Vigia (RNPV), entre 1 de Junho e 06 de novembro de 2019, incluindo a época estival, no âmbito do sistema de protecção civil e de defesa da floresta contra incêndios.--

2-O posto encontra-se sito na propriedade do Terceiro Outorgante, nas coordenadas Lat (WGS 84) 38°47'39" Lon (WGS 84) 9°15'32" e segundo a planta de localização em Anexo ao presente Protocolo.-----

3-Os custos de operação do Posto relativos a recursos humanos para vigilância no período referido no n.º 1 da presente Cláusula, encontram-se estimados em 14.500,00 € (catorze mil e quinhentos euros).-----

## Cláusula Segunda

### (Obrigações do Primeiro Outorgante)

1-O Primeiro Outorgante compromete-se, de forma graciosa e sem a exigência de qualquer contrapartida financeira, a apoiar o Quarto Outorgante com a verba de 4.500,00 € (quatro mil e quinhentos euros) cuja metade será transferida no dia 15 de junho de 2019 sendo o restante transferido em 15 de novembro de 2019.-----

2-A verba referida no número anterior destina-se exclusivamente a apoiar e compartilhar o Quarto Outorgante nos custos em que o mesmo incorra com recursos humanos adequados para garantir o funcionamento do Posto entre 1 de junho e 06 de novembro de 2019.-----

3-O apoio a que se refere o n.º 1 da presente Cláusula está condicionado à existência de fundos disponíveis, no âmbito do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de Setembro - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, complementada pela Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e demais legislação em vigor não havendo em caso de indisponibilidade, lugar a qualquer indemnização ou compensação daí decorrente.-----





4–No âmbito operacional o Primeiro Outorgante articula a sua actividade com os restantes através do Serviço Municipal de Protecção Civil, adiante referido como SMPC.-----

5-O Primeiro Outorgante, através do SMPC, pode, em qualquer momento e sem pré-aviso fiscalizar “in loco” o cumprimento do presente protocolo.-----

#### Cláusula Terceira

##### (Obrigações do Segundo Outorgante)

1–O Segundo Outorgante compromete-se de forma graciosa e sem a exigência de qualquer contrapartida financeira, a apoiar o Quarto Outorgante com a verba de 7.000,00 € (sete mil euros) cuja metade será transferida no dia 15 de junho de 2019 sendo o restante transferido em 15 de novembro de 2019.-----

2–A verba referida no número anterior destina-se exclusivamente a apoiar e compartilhar o Quarto Outorgante nos custos em que o mesmo incorra com recursos humanos adequados para garantir o funcionamento do Posto entre 1 de junho e 06 de novembro de 2019.-----

#### Cláusula Quarta

##### (Obrigações do Terceiro Outorgante)

1–O Terceiro Outorgante compromete-se de forma graciosa e sem a exigência de qualquer contrapartida financeira, a apoiar o Quarto Outorgante com a verba de 3.000,00 € (três mil euros) cuja metade será transferida no dia 15 de junho de 2019 sendo o restante transferido em 15 de novembro de 2019.-----

2–A verba referida no número anterior destina-se exclusivamente a apoiar e compartilhar o Quarto Outorgante nos custos em que o mesmo incorra com recursos humanos adequados para garantir o funcionamento do Posto entre 1 de junho e 06 de novembro de 2019.-----

#### Cláusula Quinta

##### (Obrigações do Quarto Outorgante)

1-O Quarto Outorgante compromete-se a:-----

a)Utilizar a verba exclusivamente para pagamento de vencimentos e outras compensações legalmente devidas aos recursos humanos adequados que garantam o funcionamento entre 1 de junho e 06 de novembro;-----



- b) Afectar ao Posto recursos de vigilância 24 horas por dia e sete dias por semana durante o período referido na alínea anterior;-----
  - c) Garantir que os vigilantes tenham formação adequada, designadamente a ministrada pela Guarda Nacional Republicana;-----
  - d) Garantir que os vigilantes utilizam e mantêm em bom estado de funcionamento os meios de comunicação rádio disponibilizados pela Guarda Nacional Republicana;-----
  - e) Garantir que os vigilantes comuniquem de duas em duas horas via rádio ou telemóvel com o SMPC e com o Quartel do Corpo de Bombeiros Voluntário de Belas, fazendo o ponto da situação;-----
  - f) Enviar previamente ao SMPC, com periodicidade quinzenal, as escalas de serviço e identidade dos vigilantes;-----
  - g) Colaborar na fiscalização do presente protocolo desenvolvida pelo SMPC nos termos do n.º 5 da Cláusula Segunda.-----
- 2–O Quarto Outorgante compromete-se ainda a entregar ao Primeiro Outorgante, em impresso fornecido pelo SMPC:-----
- a) A ficha síntese de ocorrências semanal;-----
  - b) Os relatórios das acções levadas pelos vigilantes, com periodicidade mensal.
- 3 – O documento referido na alínea a) do número anterior deve ser entregue ou enviado por e-mail, em cada 2ª feira, ao SMPC.-----
- 4–Entre 15 de novembro de 2019 e 15 de dezembro de 2019 o Quarto Outorgante deve remeter às demais Partes Outorgantes um relatório detalhado dando nota da aplicação dos apoios.-----

#### Cláusula Sexta

##### (Obrigações Comuns dos Outorgantes)

Impende sobre os outorgantes uma obrigação de informação e colaboração mútuas sobre tudo o que possa ser relevante para a boa e harmoniosa execução do presente protocolo e actuar diligentemente na prossecução dos seus fins.-----





#### Cláusula Sétima

##### (Vigência)

O presente Protocolo inicia a sua vigência na data da sua assinatura até à entrega do relatório detalhado dando nota da aplicação dos apoios previstos no nº 4 da Cláusula Quinta pelo Quarto Outorgante.-----

#### Cláusula Oitava

##### (Resolução)

1.O incumprimento por qualquer das partes das obrigações assumidas no âmbito do protocolo, permite às demais a respectiva resolução parcial, a qual será feita por comunicação escrita, enviada por carta registada, com a antecedência mínima de 15 dias, às outras partes.-----

2.Por imposição legal ou por motivos de ponderoso interesse público, as partes outorgantes podem ainda, em qualquer momento, resolver o protocolo.-----

#### Cláusula Nona

##### (Revisão e Alterações)

1-O presente protocolo pode ser objecto de revisão, por acordo expresso das partes, no que se mostre estritamente necessário, ou unilateralmente pelos Primeiro e Segundo Outorgantes, devido a imposição legal ou ponderoso interesse público, mediante adenda com as alterações a introduzir, as quais passam a fazer parte integrante do Protocolo.-----

2-Quaisquer alterações ao presente Protocolo só são válidas se constarem de documento escrito, subscrito pelos Outorgantes nos termos do Protocolo Original.-----

#### Cláusula Décima

##### (Interpretação)

Qualquer questão que venha a ser suscitada, na interpretação, execução ou validade do protocolo, é dirimida por acordo entre as partes ou, na falta de acordo, pelo tribunal competente.-----

A minuta deste protocolo foi aprovada pela Câmara Municipal, na reunião de 16-05-2019, sob a proposta n.º 423-P/2019 de 13-05-2019.-----



A despesa municipal resultante deste protocolo no valor de 4.500,00 €, (quatro mil e quinhentos euros), encontra-se cabimentada no orçamento municipal em vigor na classificação 08.01.02/04.07.01.03 e no Plano na rubrica 12/12.1.2019.25.4. Compromisso número 7819004703 – Processo CT-2019/19001687.-----

Para efeitos do cumprimento da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, é necessária a requisição oficial, juntando-se para o efeito o compromisso número 7819004703, datado de 20 de maio de 2019, fazendo parte integrante deste protocolo.-----

Este protocolo face ao seu valor, não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do preceituado nos artigos 46.º e 48.º, da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto, com as alterações vigentes.-----

A despesa da PSML resultante deste protocolo será efectuada após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.-----

A minuta e a despesa relativa ao presente protocolo foi aprovada por deliberação do Conselho de Administração da PSML de 08/05/2019 ata n.º 778.-----

O presente Protocolo é assinado e outorgado pela Presidente da PSML, a Senhora Dra. Florinda Sofia Augusto Cruz com poderes de representação para autorizar a despesa e a outorga do contrato, conforme poderes delegados na acta n.º 748, de 20 de setembro de 2019.-----

Sendo o encargo total para a PSML, resultante do presente Protocolo de 7.000,00 €, (sete mil, euros).-----

O presente Protocolo vai ser assinado e rubricado pelos Outorgantes sendo constituído por dez cláusulas e contendo catorze páginas e é feito em quatro exemplares, valendo como originais, ficando um exemplar para cada uma das partes.-----

Paços do Concelho, aos 21 dias do mês de maio de dois mil e dezanove.”-----

---Este protocolo vai ser publicitado nos termos do Decreto – Lei número 167/2008, de 26 de agosto, alterado pela Lei número 64/20013, de 27 de agosto. Assim, nos termos do número 1 do artigo 56º da Lei número 75/2013,



de 12 de setembro, passei o presente Edital e outros de igual teor que vão por mim assinados e serão afixados nos lugares públicos habituais, durante cinco dos 10 dias subsequentes à Outorga do respectivo protocolo.-----

--- Sintra e Paços do concelho, 05 de junho de 2019.-----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA,**